

‘Acordo com FMI não tem data marcada’

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O Brasil, conforme ficou claro aos senadores membros da comissão da dívida externa, vai buscar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para avaliar seu programa econômico. Não se sabe ainda quando isto ocorrerá — “não está ainda definido se será neste ano”, atestou o assessor especial do Ministério da Fazenda, Fernando Bracher, mas tanto ele quanto o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, indicaram que um acordo com o FMI se torna necessário para garantir o fluxo de dinheiro novo ao País da parte dos organismos multilaterais e agências de crédito governamentais.

Mais uma vez, no entanto, Bracher e Milliet voltaram a enfatizar que não é intenção do governo brasileiro estabelecer vínculos contratuais entre o acordo que se pretende negociar com os bancos credores privados, em torno de um reescalonamento de médio prazo para a dívida externa, e um eventual acordo com o FMI.

“Em nenhum momento se assumiu um compromisso quanto à data de ir ao FMI ou de aceitar qualquer programa de caráter recessivo que não esteja de acordo com o nosso programa”, afirmou o assessor especial do ministro da Fazenda, Fernando Bracher, ao responder a uma indagação do senador Aluizio Bezerra, do PMDB-Acre. Tanto Bracher quanto Milliet, ao deporem ontem na comissão da dívida externa do Senado Federal, foram instigados a explicar os ter-

mos dos telex divulgados na sexta-feira passada, pelo lado brasileiro e pelo lado do comitê assessor de bancos credores, cujos textos embora semelhantes não são inteiramente iguais. Nesse ponto, Fernando Bracher frisou que a referência explícita ao FMI contida no telex dos bancos credores — “...o Brasil vai procurar um programa com o FMI para dar apoio ao seu programa econômico” — deve ser lida dentro do contexto global do telex, lembrando que o último parágrafo faz menção ao fato de o Brasil acreditar não ser de seu interesse que desembolsos da parte dos bancos sejam retardados pelo não-cumprimento de programas patrocinados por instituições multilaterais.

Para o senador Roberto Campos (PDS-MT), conforme consta do telex dos bancos, o “Brasil apenas acredita, e isto manifesta uma intenção unilateral”. Ele diz não ter dúvidas de que “há um reconhecimento explícito” quanto ao retorno do País ao FMI, que ele defende e na sua opinião, a única vitória nas negociações “foi aceitar um monitoramento do FMI”.

Bracher não acredita que haja contradição entre as duas notas divulgadas na sexta-feira. Ambos os textos foram negociados entre as partes e o telex brasileiro, conforme colocou, fala claramente do desvinculamento entre os desembolsos dos bancos e das organizações multilaterais. O telex da parte brasileira não faz menção específica ao FMI mas foi, segundo Bracher, endossado pelos bancos credores “como



Fernando Bracher

uma boa base de negociação, embora não tenha sido endossada a ponto de apoiar sua assinatura nele (no telex)”.

A diferença de termos dos dois comunicados deixou confusos os senadores. Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) disse que a questão em torno do FMI era o seu “grande ponto de dúvida”. E perguntou: “O que acontece com o momento em que vamos discutir com o FMI? Isto vai acontecer depois ou concomitantemente aos entendimentos com os bancos?”, sem que tivesse obtido explicações claras às suas indagações.

Também de sua parte, o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), presidente da comissão, quis saber por que o telex dos bancos fazia referência ao FMI. “Sempre se disse aqui que nada haveria com o FMI, antes de chegar a um acordo definitivo com os bancos”, atestou ele.

Além do ponto referente ao papel do FMI no processo de acerto externo brasileiro, outras dúvidas foram

levantadas, como, por exemplo, a questão da remuneração do empréstimo-ponte que os bancos farão ao Brasil como contribuição ao pagamento de parte dos juros deste ano.

Pelos termos do entendimento em torno do pagamento dos juros referentes a este ano, o Brasil estará pagando aos bancos credores um “spread” de 0,875%, mais uma comissão de 0,125% sobre a taxa de juro interbancária de Londres, a “Libor”, e o senador Odacir Soares (PFL-RO) quis saber se “o ‘spread’ zero colocado pelo governo brasileiro como uma intenção era brincadeira”.

Bracher respondeu que não, mas lembrou que esse entendimento acertado em Washington não passa de um pré-acordo, envolvendo um empréstimo-ponte e que o Brasil havia conseguido, com o “spread” de 0,875%, a taxa mais baixa já cobrada por um empréstimo do gênero a um país endividado.

Os bancos vão entrar com US\$ 3 bilhões no total, com a previsão de que o primeiro US\$ 1 bilhão esteja comprometido em empréstimo até o final deste ano, enquanto os outros US\$ 2 bilhões seriam comprometidos no ano que vem, até 16 de junho. Mas existe um número que não está batendo nas contas divulgadas na sexta-feira e pelas quais os bancos credores iriam refinanciar um total de US\$ 3,4 bilhões de juros retidos em 1987 e não mais os US\$ 4,3 bilhões programados pelo governo brasileiro anteriormente.

Quanto a essa diferença, Bracher explicou que exis-

te na verdade uma pendência em torno de US\$ 400 milhões. “Nós queremos que eles refinanciem US\$ 3,4 bilhões, mas os bancos aceitaram agora buscar compromisso em torno de US\$ 3 bilhões, portanto ainda vamos negociar a cobertura para os US\$ 400 milhões”, disse ele.

Da parte do Brasil, abriu-se mão de US\$ 900 milhões dos juros retidos neste ano e o negociador da dívida externa testemunhou que isso se colocou como viável em função do aumento dos superávits comerciais e melhoria, consequentemente, do nível de reservas internacionais do País. O presidente do BC, aliás, deu conta durante os trabalhos da comissão de que as reservas em caixa estão hoje acima de US\$ 4 bilhões — “embora abaixo dos US\$ 5 bilhões” —, em ritmo de recuperação a cada mês.

Neste ano de 1987, serão pagos aos bancos US\$ 1,5 bilhão de juros da dívida externa em duas parcelas: uma em 30 de novembro e outra em 31 de dezembro, através de ordens de paga-

mento ao Banco de Compensações Internacionais (BIS), localizado na Basileia, na Suíça. Destes, US\$ 500 milhões são dinheiro que sai das reservas do País, enquanto os restantes US\$ 1 bilhão serão pagos aos bancos no prazo de seis meses. Para os bancos que aderirem ao empréstimo-ponte até o dia 30 deste mês, o Brasil comprometeu-se a pagar um adicional de 0,125% como taxa de incentivo, mas Bracher deixou claro que nada impede que esse acordo provisório não surta o efeito desejado.

Nesse caso, o País estaria pagando US\$ 500 milhões em um esforço que, de pronto, em nada garante a obtenção de acordo em torno dos pontos considerados pelo Brasil como fundamentais. Como colocou o senador Fernando Henrique Cardoso: “Se tudo correr como desejado, esse entendimento provará que foi um sucesso, mas se as negociações não forem adiante, terá sido um fracasso”, disse ele, depositando total confiança nos negociadores brasileiros.